Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

AS ALMAS DO POVO BRANCO[1]: SUPREMACIA RACIAL E BRANQUITUDE NA BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO[2]

THE SOULS OF WHITE FOLK: RACIAL SUPREMACY AND WHITENESS IN LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE

Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva[3]
Dirnele Carneiro Garcez[4]
Daniella Camara Pizarro[5]

Resumo: Este artigo possui como objetivo analisar a problemática da supremacia racial e da branquitude na Biblioteconomia e Ciência da Informação. No âmbito teórico-conceitual dos Estudos Críticos da Branquitude e da Biblioteconomia Crítica, Antirracista e Decolonial, o texto discute a construção histórica da supremacia branca, da branquitude e do privilégio branco nas sociedades. No contexto específico dos estudos biblioteconômico-informacionais, são apresentadas reflexões de bibliotecárias e profissionais da informação que analisam a presença da branquitude e da supremacia racial em bibliotecas e outros espaços de informação. Por fim, são propostas ferramentas de avaliação racial e três estratégias de transformação racial para a Biblioteconomia e bibliotecas.

Palavras-Chave: Branquitude. Supremacia Racial. Biblioteconomia. Ciência da Informação.

Abstract: *This article aims to analyze the problematic issues of racial supremacy and whiteness in Library and Information Science. Within the theoretical-conceptual framework of Critical Whiteness Studies and Critical, Antiracist, and Decolonial Library Science, the text discusses the historical construction of white supremacy, whiteness, and white privilege in societies. In the specific context of library and information studies, reflections from librarians and information professionals are presented, analyzing the presence of whiteness and racial supremacy in libraries and other*

[1] Embasado no título "As almas do povo negro", de W. E. Du Bois.
[2] Texto ampliado a partir do artigo submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no ENANCIB 2022.
[3] Doutora em Ciência da Informação (UFMG). Docente do Departamento Acadêmico de Ciência da Informação da Universidade Federal de Rondônia (DACI/UNIR). E-mail: francigarces@yahoo.com.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2828-416X.
[4] Doutoranda em Ciência da Informação (UFSC). E-mail: dirnele.garcez@yahoo.com.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3061-9352.
[5] Doutora em Ciência da Informação (UFSC). Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: daniella.pizarro@udesc.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3544-8529.

information spaces. Finally, racial evaluation tools and three racial transformation strategies are proposed for Library Science and libraries.

Keywords: *Whiteness. Racial Supremacy. Librarianship. Information Science.*

1 INTRODUÇÃO

Desde o início do século XX, teóricos como W. E. B. Du Bois, Ralph Ellison, James Baldwin, Franz Fanon, entre outros, discutem sobre a branquitude e os problemas do racismo. No pensamento social brasileiro, os estudos críticos sobre a branquitude são considerados um produto do protagonismo negro, haja vista que foram os pesquisadores negros que trouxeram o enfoque na identidade racial branca para as pesquisas sociais. Dentre esses protagonistas negros, Alberto Guerreiro Ramos é percebido como o pioneiro desde a década de 1950 quando seus estudos colocaram a branquitude em evidência. Já a pesquisadora Maria Aparecida da Silva Bento concretizou as pesquisas em branquitude no país, a partir da defesa de sua tese e publicação de livro em 2002. Até o fortalecimento dos estudos da branquitude no Brasil, o enfoque sobre a racialidade branca e os privilégios raciais brancos ainda não sofriam questionamentos e eram estudos unilaterais que se voltavam a pensar e observar a pessoa negra, sua vida em sociedade e suas relações no mundo (Cardoso, 2021). Em Lourenço Cardoso, podemos observar a abordagem sobre o ocultamento da identidade racial branca, pois ser branco é entendido como norma e o padrão a seguir e, por isso, passava por ser invisível aos olhos dos pesquisadores negros. A partir do enfoque permitido pelos Estudos Críticos da Branquitude, a pertença étnico-racial branca se tornou objeto de pesquisa da pessoa pesquisadora negra (Cardoso, 2021).

Os Estudos Críticos da Branquitude (ECB) - *Critical Whiteness Studies* (CWS) - são um campo de estudos que visam revelar os instrumentos e estruturas mantenedoras e reprodutoras do privilégio racial branco e da supremacia branca, assim como se

comprometem a romper com o racismo, a partir da problematização da branquitude em diversos espaços, dentre eles, a universidade, a biblioteca, inclusive na Biblioteconomia e na Ciência da Informação. Tais instrumentos e estruturas são invisíveis, e por isso requerem vigilância entre as pessoas brancas e de outros pertencimentos étnico-raciais para examinar o significado de raça, racismo, privilégio racial, suas esferas, e, sobretudo, como acontece a pedagogia do privilégio branco (Applebaum, 2016).

As relações étnico-raciais são permeadas de tensões, especialmente em países que foram colonizados e criaram suas estruturas baseadas em teorias eugenistas e racializadas. Ainda, com as políticas não-ditas de limpeza étnica de eliminação do corpo negro e indígena, muitas vezes promovidas pelo Estado e por suas forças de segurança - via discurso de combate às drogas, por exemplo - tais tensões se alargam e transformam as relações sociais. A violência e o abuso produzido por forças que visam manter o poder do grupo hegemônico dominante gerou a expansão de movimentos como *#Blacklivesmatter*, *#Metoo*, *#Paremdenosmatar*, criados em prol de grupos étnico-raciais discriminados (Sierpre, 2019).

No campo biblioteconômico-informacional, a luta em prol de direitos humanos, da promoção da cidadania, pelo acesso à biblioteca e informação, bem como a incidência de um olhar crítico para a Biblioteconomia estão presentes quando analisamos os movimentos da *Black Librarianship* (Josey; Schockley, 1977), Biblioteconomia de Guerrilha (Henk, 2011), Biblioteconomia Crítica (CRITLIB, c2019), Biblioteconomia Negra Brasileira (Silva; Saldanha, 2019), Biblioteconomia Progressista (Samek, 2004), entre outros tantos que buscam analisar o campo por um viés contra-hegemônico, descolonizador e questionador daquilo que está posto como norma.

Apesar disso, quando nos aprofundamos na busca pelo enfoque na pertença étnico-racial branca e seus privilégios nos estudos biblioteconômico-informacionais

brasileiro, há uma lacuna no que se refere ao aprofundamento teórico-crítico e análises contextualizadas. Historicamente, construção e manutenção da branquitude fez com que, quando há discussão sobre questões de raça, o enfoque esteja nas vítimas de racismo e não no grupo étnico-racial branco dominante que comete o racismo por acreditar na supremacia racial e classificar as pessoas hierarquicamente por "raças superiores e inferiores". Revelar as estruturas invisíveis que operam nas sociedades permite analisar como a supremacia branca, racismo e o privilégio branco influenciam na vida de sujeitos e grupos racializados, especialmente aqueles não-brancos (Applebaum, 2016; Saad, 2020).

Nesse sentido, neste artigo, o objetivo é abordar a branquitude e o privilégio racial branco na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Pesquisar a branquitude se coloca como imperativo para o estabelecimento da construção de uma sociedade com justiça racial, informacional e social com oportunidades e direitos para todas as pessoas, em especial, quando pensamos em locais de transformação social como a biblioteca e a universidade. No plano metodológico esta é uma pesquisa teórico-conceitual, de cunho exploratório e descritivo. Os livros, artigos e materiais bibliográficos e documentais que a fundamentam foram obtidos a partir do mapeamento de produção científica da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, e de intelectuais dos Estudos Críticos da Branquitude e da Teoria Crítica Racial nacional e internacional. O mapeamento compreende a busca pelos termos "*whiteness*", "*whitenes* AND *information*" e "Critical Whiteness Studies" nos idiomas português e inglês nas bases de dados *Web of Science*, site da *Racial Equity Tools* (2020), e *In the library with the lead pipe* (c2021).

2 DA CONSTRUÇÃO DA SUPREMACIA BRANCA À PROMOÇÃO DA BRANQUITUDE

Na perspectiva marxista da história, a herança desempenha um papel crucial. Embora os seres humanos sejam responsáveis por fazer a sua própria história, essa ação é moldada pela herança que recebem. Dessa forma, sujeitos são responsáveis por construir sua própria história, porém tal construção não se dá de maneira arbitrária em condições escolhidas por eles, mas, sim, em condições que já existiam e foram herdadas do passado (Balibar, 2002; Ahmed, 2007).

Conforme infere Sara Ahmed (2007) em seu texto *A phenomenology of whiteness*[6], as condições em que vivemos são transmitidas não apenas pelos genes ou pelo sangue, mas também através do trabalho ou trabalho de gerações passadas. Se a história é feita do que é transmitido, então ela é construída não apenas em relação ao que "já está sempre presente" antes de nossa chegada, mas também de forma ativa como um presente que é herdado. Assim, essa herança pode ser entendida em termos de orientações, isto é, como é herdado o acesso a alguns objetos ou "coisas" que são "dadas" ou disponibilizadas a pessoas brancas dentro do contexto ao seu redor (Ahmed, 2007). Isso não significa sugerir que a "brancura" seja um desses objetos acessíveis, mas que a branquitude é uma orientação que coloca certas coisas ao alcance de pessoas brancas. Esses objetos acessíveis podem incluir não apenas coisas físicas, mas também estilos, capacidades, aspirações, técnicas e hábitos. Nesse modelo, a raça torna-se uma questão do que está ao alcance, do que está disponível para perceber e fazer as "coisas" (Ahmed, 2007).

Além disso, o mundo também é herdado como uma morada na qual ser uma pessoa branca é o ponto de partida a partir do qual o mundo se desenvolve e é

[6] Tradução: A fenomenologia da Branquitude.

transmitido como uma herança. A branquitude é reproduzida ao ser vista como uma forma de residência positiva, como se fosse propriedade de pessoas, culturas e lugares, o que a torna "a si mesma" como uma forma de *semelhança familiar*, em que outros membros da raça são como uma família, assim como a família é definida em termos raciais, em que semelhança se torna uma questão de atributos compartilhados (Ahmed, 2007). Não é por acaso que a raça tem sido entendida através de metáforas familiares, nas quais as "raças" são vistas como tendo uma "ancestralidade compartilhada" (Ahmed, 2007).

Dado esse contexto, ao abordar a supremacia branca estamos nos referindo a um conjunto de "[...] crenças e ideias que alegam superioridade natural das raças humanas de pele mais clara, ou 'brancas' sobre outros grupos raciais" (Jenkins, 2021). Na concepção de Saad (2020, p. 25), a "[...] supremacia branca é uma ideologia racista que se baseia na crença de que os brancos são superiores em muitos aspectos às pessoas de outras raças". Nesse sentido, o grupo étnico-racial branco busca ser dominante sobre os outros grupos étnico-raciais.

Desde o século XIX até o século XX, a doutrina da supremacia branca foi difundida e utilizada por líderes políticos e cientistas da Europa, Estados Unidos e América do Sul. Dentre os defensores dessa doutrina, encontramos Arthur de Gobineau, Rudyard Kipling, Charles Kinsgley, Thomas Carlyle, Voltaire, Immanuel Kant, entre outros, que acreditavam na superioridade das pessoas brancas sobre os povos não-brancos. Ademais, institutos e cientistas de renome realizaram publicações que tentavam promover a supremacia branca sob um viés científico. No século XX, foram utilizados testes de inteligência deliberadamente modificados para pontuar pessoas europeias com *rankings* mais altos do que as pessoas africanas, com o intuito de solidificar a atribuição de baixa inteligência às pessoas de origem africana (Jenkins, 2021).

Em *The invention of White race*[7], Theodore W. Allen (1994, 1997) apresenta as histórias sobre as classes dominantes da América e como elas criaram a categoria de "raça branca" para promover o controle social. A partir disso, os privilégios raciais de pessoas brancas reforçaram o imaginário sobre a pretensa superioridade racial. Desde esta época, a centralidade da categoria "raça branca" tem proporcionado a manutenção dos privilégios das classes dominantes e colonizadoras sobre os trabalhadores de todos os pertencimentos étnico-raciais ao redor do globo. Os Estados Unidos da América (EUA) usaram amplamente a ideologia de supremacia branca, a qual se espalhou desde a era da escravidão até o período das Leis Jim Crow de segregação racial legal. Grupos violentos como o Ku Klux Klan (KKK) e pessoas da sociedade americana acreditavam na supremacia branca, assim como defendiam ideais racistas e segregacionistas utilizando o terror para aplicar sua agenda em busca da supremacia branca. Dividida em dois momentos históricos, a KKK teve início após a Guerra Civil até a década de 1870. Nesse primeiro momento, datado em 1866, a KKK era organizada em forma de clube de veteranos confederados, no Tennessee; e foi da KKK que ascendeu o domínio do grupo racial branco em parte dos Estados Unidos. A organização era composta por brancos do sul que se uniram contra a Reconstrução Radical, processo no qual, entre outras ações visando a democracia, o congresso promulgou legislação e emendou a Constituição para garantir os direitos civis dos libertos e dos afro-americanos em geral (Bolshevik, 2020; Radical Reconstruction, 2020; Ku Klux Klan, 2021; Jenkins, 2021). Em suas ações violentas, os integrantes da KKK se vestiam com mantos e lençóis buscando assustar os africanos supersticiosos e impedir que os membros fossem identificados pelas tropas federais de ocupação. Executavam tais violências à noite, quando saiam em grupo e atacavam, linchavam, chicoteavam e

[7] Tradução: A invenção da raça branca.

matavam pessoas afro-americanas libertas e pessoas brancas antirracistas. O segundo momento da KKK teve início em 1915 e continua até hoje. Embasada na tradição nativista americana, essa segunda onda da KKK teve fomento financeiro a partir da ação de agentes publicitários e arrecadadores de fundos trazidos por Edward Y. Clarke e Elizabeth Tyler. O patriotismo e a nostalgia romântica do Sul que tinha saudades do tempo da escravidão foram combustíveis para reviver a KKK. Tudo isso veio do sentimento de ameaça dos brancos pela revolução *bolchevique* russa (Bolshevik, 2020) e imigração que tinha acontecido nas décadas anteriores, a qual acabou promovendo uma diversidade étnica indesejada pela sociedade americana. Tendo como símbolo uma cruz em chamas, o pico dessa segunda onda do KKK foi 1920, quando atingiu mais de quatro milhões de membros e, junto com o racismo contra pessoas negras, acrescentaram-se ao movimento o preconceito contra pessoas judias, romanas e estrangeiras. Posteriormente, na Grande Depressão ocorrida na década de 1930, o KKK perdeu integrantes e acabou sendo dissolvida em 1944. Somente com a luta dos direitos civis da década de 1960 houve o retorno com ataques silenciosos de membros da Klan. Nas décadas seguintes, a KKK continuou de forma fragmentada distribuída em grupos separados, os quais se aliam conforme suas agendas em prol da supremacia branca (Ku Klux Klan, 2021).

Ademais, na atualidade, as sociedades são estruturadas com a predominância da ideologia da supremacia racial aliada do pensamento hegemônico capitalista, nos quais populações não-brancas são colocadas em lugares de exclusão, subalternidade, opressão e exploração em prol do capitalismo. Esses povos sofrem com a urgência do chamado *capitalismo racial* (Robinson, 2000), onde a raça e o capitalismo são usados como instrumentos de poder para manter tais grupos étnico-raciais em subempregos e sem direitos trabalhistas, como é o caso da uberização do trabalho (Abílio, 2020), por exemplo.

Ao utilizarmos o termo *supremacia branca,* nos referirmos a grupos de pessoas brancas que defendem ideias ultracionistas, doutrinas racistas e fascistas por intermédio, principalmente, da violência (Jenkins, 2021). O enfraquecimento de doutrinas abertamente racistas, aconteceu por diversos mecanismos de luta racial e de busca por direitos de populações negras e outros grupos marginalizados nas sociedades racializadas. Especialmente nos EUA, o advento da imprensa negra criada e gerida por pessoas negras ex-cativas em contrapartida à imprensa tradicional branca, o movimento pelos direitos civis contra a discriminação e à segregação racial, a denúncia à manutenção da supremacia racial branca em bibliotecas públicas e na *American Library Association* (ALA), a denúncia sobre a falta de financiamento para construção de escolas e bibliotecas destinadas às comunidades negras e o confronto à supremacia racial na profissão bibliotecária foram algumas das lutas organizadas e protagonizadas pelas comunidades negras (Jordan; Josey, 1977; Knott, 2015; Wiegand; Wiegand, 2018).

Por isso, os Estudos Críticos da Branquitude permitem analisar, não só a presença da supremacia racial branca, mas também a própria branquitude entendida como lugar superior na hierarquia racial cujo poder classifica os não-brancos como inferiores. Neste pensamento, a *brancura* se expressa na corporeidade e na propriedade de privilégios raciais, simbólicos e imateriais. Assim, ser branco significa, além de ocupar os espaços de poder, e representa a própria geografia existencial do poder. Dessa forma, a identidade étnico-racial branca se constrói a partir de privilégios, invisibilidade racial das pessoas não-brancas, assim como vantagens atribuídas pelo pacto narcísico entre pessoas brancas (Bento, 2002, 2022; Cardoso, 2021).

No artigo *Declarations of Whiteness*[8], Sara Ahmed (2004) apresenta os diferentes modos de expressão da branquitude na academia, escrita, cultura pública e políticas de governo. Como a representação da branquitude tem sido colocada como algo invisível, não marcado, como uma não-pertença étnico-racial, Ahmed (2004) infere que tal invisibilidade só acontece para quem a habita, ou seja, para quem é uma pessoa branca. No entanto, para aquelas pessoas que são vistas pela branquitude como "outros", não só a branquitude é visível e está em vários espaços sociais e relações sociais influenciando os corpos não-brancos, mas, principalmente, permite que as pessoas brancas se sintam confortáveis em não ver sua própria brancura como promotora de privilégios e de *status* positivo em sociedades cuja raça e racismo estrutural sejam fatores de construção e hierarquização social (Ahmed, 2004).

A branquitude percebe o racismo como algo histórico, o que contribui para o entendimento de que as pessoas brancas foram racistas no passado, mas não o são agora (Ahmed, 2004). Por isso, a autora declara que pessoas brancas devem se ver como brancas e como racistas. A primeira declaração diz respeito à norma da branquitude ser tão forte que os corpos brancos são percebidos apenas como corpos sem cor ou pertença étnico-racial. A segunda declaração significa que os corpos brancos são automaticamente privilegiados devido ao racismo estrutural. Um problema que Ahmed identifica nos estudos críticos da branquitude é que eles podem paradoxalmente reproduzir o racismo na medida que quem está analisando a branquitude sejam as próprias pessoas brancas, as quais encontram formas de escrever sobre si mesmas ao mesmo em que podem, de alguma forma, manter seu status de autoridades epistêmicas sobre si mesmas. Um exemplo de como essa reprodução do racismo pode ocorrer está em perceber como os acadêmicos brancos

[8] Tradução: Declarações da Branquitude.

que estudam a branquitude têm prioridade interpretativa no assunto, o que leva ao elitismo de classe e a uma representação contínua e homogênea da branquitude nas universidades (Ahmed, 2004). Daí a importância dos ECB sob a ótica de pessoas negras e outras não-brancas que permitam diferentes genealogias críticas em estudos sobre a branquitude, a partir de outros pontos de partida e crítica.

3 ESTUDOS CRÍTICOS DA BRANQUITUDE EM BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Do *corpus* total de 125 artigos recuperados na *Web of Science* no período de fevereiro de 2022, foram considerados 24 como pertencentes ao escopo da pesquisa. Dado o recorte de espaço para discussão das abordagens, aportaremos algumas das reflexões trazidas pelos teóricos dos Estudos Críticos da Branquitude na Biblioteconomia e Ciência da Informação (BCI).

Na BCI, o histórico dos Estudos Críticos da Branquitude (ECB) encontra-se entrelaçado à narrativa da diversidade no campo, especialmente no que se refere aos discursos dominantes sobre diversidade em BCI e as contra-narrativas nascidas como resposta a partir dos diversos grupos étnico-raciais (Espinal; Hathcock; Rios, 2021). Tais estudos iniciaram a busca pela compreensão de como as bibliotecas e a Biblioteconomia realizam a organização, representação e construção da informação e do conhecimento com o intuito de reproduzir a branquitude e a supremacia racial branca. Assim, os ECB se preocupam em problematizar os impactos dentro do campo, profissão e as consequências dessa reprodução nos grupos racial e informacionalmente vulnerabilizados (Beilin, 2017).

Angela Galvan compreende a branquitude como "[...] um *status* de mudança concedido aos que estão no poder, entrelaçado com as relações de classe e a produção

de desigualdades estruturais" (Galvan, 2015, tradução nossa). A autora se apropria da definição do *Alberta Civil Liberties Research Center* (Galvan, 2015, tradução nossa) para caracterizar a branquitude como uma ideologia que se baseia "[...] em crenças, valores comportamentos, hábitos e atitudes, que resultam na distribuição desigual de poder e privilégio" para reforçar repetitivamente a hegemonia.

Utilizando o termo *branquitude*, os Estudos Críticos da Branquitude em BCI é demarcado pelo artigo *A New Vocabulary for Inclusive Librarianship: Applying Whiteness Theory to our profession*[9], escrito pela bibliotecária, Isabel Espinal (2001, p. 132), a qual enfatiza que "[...] a menos que abordemos a branquitude, a menos que a identifiquemos e nomeemos, muitos dos problemas que nos atormentam coletivamente e individualmente como bibliotecários de cor continuarão". Entende que a Biblioteconomia é uma *profissão branca*, haja vista a homogeneidade racial branca na profissão bibliotecária, o que resulta no incipiente número de pessoas negras dentro das bibliotecas e na Biblioteconomia, sejam como pessoas frequentadoras dos ambientes das bibliotecas e dos cursos de formação profissional, sejam como profissionais contratadas nesses espaços (Espinal, 2001; Espinal; Hathcock; Rios, 2021).

Outro estudo é o da bibliotecária afro-canadense Jody Nyasha Warner (2001), que publicou o artigo *Moving Beyond Whiteness in North American Academic Libraries*[10], analisando a presença da branquitude na cultura universitária (Warner, 2001). Dentro da biblioteca universitária, a branquitude se faz presente não só no tratamento desigual de viés racializado, mas também na manutenção do estereótipo sobre pessoas negras, das quais se espera que sejam as representantes de sua "raça" e confirmem os preconceitos presentes no imaginário social sobre seu grupo étnico-racial.

[9] Um novo vocabulário para a biblioteconomia inclusiva: aplicando a teoria da branquitude à nossa profissão.
[10] Tradução: Indo além da branquitude em bibliotecas acadêmicas na América do Norte.

Fiona Blackburn (2015), bibliotecária anglo-australiana, publicou o texto intitulado *The intersection between cultural competence and whiteness in libraries*[11] no qual aborda três aspectos que a motivaram a analisar a competência cultural, enquanto significado da cultura na própria vida e na vida dos outros, conhecendo e respeitando diversas origens e características culturais, e a branquitude em bibliotecas. Destaca-se que na Austrália, a competência cultural é abordada por intermédio da inserção de conteúdos sobre população indígena nos currículos das escolas de Biblioteconomia, nos cursos de experiência profissional, em políticas e estratégias das bibliotecas. Na contextualização sobre sua formação, Blackburn (2015) aborda sobre os "acidentes da vida" (entendidos como aquilo que não se tem controle), evidenciando como um desses "acidentes" foi ter nascido uma pessoa branca e o que significa ser branca quando isso é norma. Enfatiza sobre a falta de preparação em seu processo formativo para o trabalho com outras culturas e o atendimento à diversas populações. Reflete também, sobre a experiência do processo de colonização que aqueles grupos viveram, no qual a pessoa branca sempre esteve em lugar de controle e poder, além de examinar o privilégio e a vantagem sistêmica por ser branca e sobre o desafio que é trabalhar em Coleções Especiais dedicadas à preservação de acervos históricos de populações indígenas e outros grupos étnico-raciais (Blackburn, 2015).

Dessa forma, o aprendizado sobre competência cultural foi um instrumento para a bibliotecária criar consciência da sua branquitude e estabelecer estratégias para ir contra o sistema que privilegia alguns e marginaliza outros com base em hierarquização pela cor da pele, pertencimento étnico-racial e *status* social. A autora destaca como bibliotecas e outras organizações ainda se baseiam em sistemas ocidentais que garantem a manutenção de abordagens racializadas de poder, tais como a adoção da

[11] Tradução: A interseção entre competência cultural e branquitude em bibliotecas.

Classificação Decimal de Dewey e os conceitos ocidentais ou brancos de conhecimento que ela insere, assim como foi arranjada para acomodar novas áreas do conhecimento sem alterar o privilégio que fundamentam os conceitos originais. Os serviços de bibliotecas que ainda permanecem "brancos" e como há uma adaptação à estrutura vigente e adoção de valores subjacentes por parte de funcionários oriundos de grupos minoritários (Blackburn, 2015).

Sobre as afirmativas citadas no parágrafo anterior, Angela Galvan (2015, tradução nossa) infere que a "Biblioteconomia é paralisada pela branquitude". Em seu estudo sobre bibliotecários brancos e a performance do recrutamento e contratação para recursos humanos em bibliotecas identificou as estruturas que beneficiam bibliotecários brancos nesse processo. Demonstra como encontra-se oculto, por intermédio do discurso acadêmico e da entrevista, o viés institucional que utiliza das aspirações da biblioteca para contratar algumas pessoas e excluir outras. Instituições exibem a branquitude quando consideram, por exemplo, a inserção de pessoas não-brancas em seu corpo de funcionários como um "problema a ser resolvido", ao invés de analisar como acabar com o viés institucional que ainda permite privilégios para pessoas brancas na hora de contratação de bibliotecários (Galvan, 2015).

Conforme a autora, ao tratar a diversidade como problema a ser resolvido, tem-se como resultado a omissão da responsabilidade e desconforto de bibliotecários brancos, e ainda a marginalização de bibliotecários não-brancos. Assim, há três obstáculos que dificultam a entrada de pessoas não-brancas nos mercados de trabalho bibliotecário: *negociação cultural*, *lazer conspícuo* e *acesso à riqueza* (Galvan, 2015). A branquitude na Biblioteconomia se faz presente mesmo antes do bibliotecário chegar ao mercado de trabalho. Por isso, o fator *negociação cultural* se refere aos estudantes de Biblioteconomia e as experiências com as bibliotecas, propagadoras de narrativas do branco salvador (bibliotecários brancos e o discurso de benevolência com pessoas

negras), o que perpetua o mito de pobreza. Pobreza essa que é atribuída a toda pessoa não-branca e passa a refletir, dentro da biblioteca, a perspectiva de que houve salvamento de pessoas negras e não-brancas, sem contar ou representar suas histórias e realidades através de seu *lócus* de enunciação, assim como condições sistêmicas de opressão causadas pelos grupos brancos dominantes desde o início da história da humanidade. Assim, os estudantes não veem sua representação identitária, histórica, social, política e educacional dentro da biblioteca e, por consequência, não veem a Biblioteconomia como uma ciência que contempla a diversidade e representatividade étnico-racial (Galvan, 2015).

A socialização dentro da cultura branca também é uma das cobranças que bibliotecários não-brancos recebem. A identificação como pessoa e as experiências vividas são o que constrói um sujeito. O pertencimento à profissão e consciência de si fazem parte da construção profissional bibliotecária. Se a Biblioteconomia fabrica e propaga a cultura da branquitude, também cobra que bibliotecários não-brancos renunciem a seus aspectos culturais, sociais, ancestrais e emocionais para se adequarem ao sistema que cria expectativas sobre o que é ser bibliotecário por um olhar branco, e determina aquilo que é considerado um comportamento profissional ou não. Essa narrativa dominante resulta na proteção e preservação da branquitude na profissão; essa proteção do *status quo* branco se estende até mesmo às iniciativas e esforços ostensivamente usados para criar mais diversidade nas bibliotecas, acervos e profissão, via comitês de diversidade (Galvan, 2015; Espinal, 2001).

Além da narrativa dominante de branquitude, valores como meritocracia, evasão da cor, o discurso da diversidade, e a falácia da neutralidade são utilizados para justificar medidas arbitrárias, racistas e propagar discursos hegemônicos dentro das bibliotecas (Hudson, 2017; Chiu; Ettarh; Ferretti, 2021). Conforme Galvan (2015), a concepção de biblioteca como neutra é sedutora tendo em vista a utilidade e esforço

intelectual mínimo que se exigiria dos bibliotecários brancos. Assim, a neutralidade é uma posição mais confortável para as bibliotecas porque impõe a branquitude não apenas como padrão, mas também como recompensa, promovendo valores culturais brancos. Então, observa-se que a linguagem política, as expectativas culturais de branquitude e as estratégias adotadas pelas organizações propagam e definem quem são bibliotecários e quais os fatores que os levam ao sucesso ou fracasso, bem como os discursos valorizados – brancos – e os suprimidos – não-brancos – dentro do espaço da biblioteca e em BCI.

Por fim, o pacto narcísico entre brancos (Bento, 2002, 2022) – outro instrumento da branquitude – se manifesta nos momentos de contratação de recursos humanos em bibliotecas quando pessoas brancas recebem vantagens raciais no momento de seleção de pessoas bibliotecárias, mesmo quando não possuem currículo superior às pessoas não-brancas (Galvan, 2015). Quando bibliotecários não-brancos conseguem ser contratados têm seus conhecimentos, habilidades e competências invisibilizados, pois são reduzidos aos sujeitos cuja função é representar e pensar a diversidade dentro daquele sistema. Por conta disso, são bibliotecários não-brancos que recebem as maiores cargas de trabalho por buscarem atender as necessidades da organização na realização de atividades e comitês cuja proposição seja inclusão da diversidade dentro daquele espaço. No entanto, embora sejam utilizados pela instituição, seja para justificar a existência de programas de diversidade ou de minorias étnico-raciais, no momento de analisar os processos de contratação raramente suas críticas são levadas em consideração (Galvan, 2015; Espinal, 2001).

Sobre a abordagem de *lazer e riquezas*, Galvan (2015) informa que essa barreira se materializa quando é solicitada experiência bibliotecária anterior. Essas políticas de seleção excluem, muitas vezes, estudantes de áreas rurais, trabalhadores, arrimos de família, pessoas em transição de carreira, entre outros. Enfatiza ainda o preconceito

existente quanto a estudantes de cursos à distância de Biblioteconomia que são descartados por, supostamente, não saberem trabalhar em equipe ou aprender a fazê-lo. Essa "tecnofobia" auxilia na manutenção da branquitude por favorecer estudantes de classes mais abastadas matriculados em cursos presenciais.

Mesmo sendo considerada como um "espaço branco" (Beilin, 2017; Espinal, 2001), Blackburn (2015) entende que a biblioteca ainda é vista e usada pelos grupos minoritários por ser um espaço livre de confrontos étnico-raciais, assim como permite informar sobre ações da comunidade ao mesmo tempo em que acontece afirmação identitária, a socialização e a organização de pessoas de grupos minoritários.

4 MUDANDO A NARRATIVA: UTILIZANDO FERRAMENTAS PARA TRANSFORMAÇÃO RACIAL

A realização de um trabalho de transformação racial é essencial para mudar as estruturas racistas que mantém a branquitude. Por isso, "[...] transformar a raça significa transformar as estruturas participativas de nossa sociedade, para que as pessoas negras ajudem a moldar o que são essas estruturas, inserir-se nelas e opinar" (Wiley, 2010, p. 6, tradução nossa).

Para analisar a transformação estrutural de raça, há indicadores de mudança social, os quais podem servir para demonstrar como as desigualdades estão presentes na sociedade, a saber: i) *oportunidade educacional significativa*: quando se reflete sobre as desigualdades de oportunidades de estudos dadas aos grupos raciais branco, negro e indígena, percebe-se as estruturas criadas para oferecer ao primeiro grupo racial maior acesso à educação de qualidade, privilégios materiais, simbólicos e imateriais, os quais serão definidores do sucesso daqueles sujeitos. Para os dois últimos grupos, por conta da estrutura societária, são evidenciados os menores níveis de

ensino, instituições de ensino precarizadas, docentes desvalorizados e mal remunerados, além de unir diversos outros fatores propagadores de desigualdades, tais como a criação de instrumentos de exclusão, expansão das vulnerabilidades educacional, econômica, informacional e social para manutenção da exploração de mão de obra em prol do sistema capitalista, racista e neoliberal; a incipiente representatividade de pessoas negras e indígenas dentro do sistema educacional. (ii) *a capacidade de formar redes e relacionamentos entre grupos raciais*: compreender que o grupo racial branco – mesmo quando de forma inconsciente – é o principal causador do racismo. Assim, é necessário criar redes de colaboração antirracistas para agregar pessoas negras e pessoas antirracistas para debaterem o racismo e criarem estratégias conjuntas de enfrentamento a esse problema social. (iii) *a capacidade de viver em uma comunidade com moradias decentes, escolas, instalações e que são sustentáveis*: enquanto as comunidades nas quais o grupo racial branco reside são compostas por diversas instalações criadas para oferecerem comodidade, segurança, serviços e produtos que atendam às demandas desses sujeitos, as comunidades periféricas são os locais onde pessoas negras e pobres irão se aglomerar para sobreviver, devido, inclusive, aos movimentos de estruturação societária que levam essas populações às margens das cidades e mantêm as populações brancas no centro. São as populações marginalizadas que sofrem como o sistema opressor e colonialista de diversos lados, seja pelo discurso de combate às drogas que reforça a limpeza étnica, via instrumento de opressão estatal representado pela força policial; pela exploração de mão de obra de pessoas dessas comunidades pela elite; pela falta de políticas públicas para o oferecimento de moradia cidadã para pessoas de baixa renda e/ou moradoras de lugares de risco, entre outros. Assim, pensar a transformação social e estrutural da população negra seria criar mecanismos para permitir que eles definissem quais as opções de moradias necessárias para suprir suas necessidades e garantir a conexão

entre as moradias, escolas, serviços, empregos e outros setores de mudança social, assim como quais ferramentas seriam úteis para que se tornem emancipados e autônomos na gestão de suas vidas e comunidades. (iv) *participação democrática*: a falta de informações para a criação de consciência política e para o entendimento do sistema de participação democrática nos campos político, educacional, econômico e jurídico dentro das sociedades, ainda impede a emancipação da população negra, que muitas vezes é levada – via recebimento de informações falsas, falta de letramento político, etc. – à escolha de projetos neoliberais reforçadores do mesmo sistema colonialista e opressor que as atinge (Wiley, 2010).

A partir desses indicadores, podem ser elaboradas estratégias visando o extermínio da branquitude e da supremacia branca em bibliotecas e na BCI. Assim, de forma breve, abordaremos três delas. Primeiramente, apresenta-se o **Letramento racial crítico** entendendo que as pessoas brancas são privilegiadas pela existência da supremacia racial branca e principais responsáveis pela manutenção do racismo, sugerimos que inicialmente as pessoas bibliotecárias brancas e de outros pertencimentos étnico-raciais sejam instrumentalizadas para o letramento racial crítico (Ferreira, 2014). A leitura e entendimento da identidade racial branca construída como norma e a fragilidade que isso acarreta à identidade étnico-racial negra e de outros grupos podem ser ferramentas intelectuais, sociais e étnico-raciais úteis para desconstrução de estruturas opressoras e discursos excluídores, e estimuladores de ações antirracistas e anti-supremacistas dentro da biblioteca e BCI. Em seguida, a **Formação para os Estudos Críticos da Branquitude nos cursos de graduação**: um dos aspectos importantes para todas as pessoas bibliotecárias é a formação para o trabalho e ação antirracista e para a justiça social e informacional. Dessa forma, entendendo que os cursos são dotados de discursos que priorizam a formação para promover a supremacia racial branca e fortalecer a identidade racial branca nos espaços

informacionais e práxis bibliotecária, sugerimos o oferecimento de disciplinas e conteúdos que se coloquem a discutir raça, racismo, supremacia racial e branquitude dentro das bibliotecas, ação profissional e campo biblioteconômico-informacional (Silva; Saldanha; Pizarro, 2018). E finalmente, a necessidade de **Reavaliação de acervos, profissão e pesquisas para olhar a branquitude**: seguindo as perspectivas de avaliação e abordagens epistêmicas aqui elencadas, entendemos ser emergente a realização de pesquisas no campo que retirem seu olhar dos grupos étnico-raciais negros e indígenas e passem a enfocar o grupo étnico-racial branco em diversos espaços do campo, sobretudo na construção de estratégias que confrontem os acervos e a práxis bibliotecária que colaboram com a manutenção e fortalecimento da branquitude.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho intencionou abordar a branquitude e o privilégio racial branco na Biblioteconomia e Ciência da Informação, uma vez que, historicamente dentro deste campo, as discussões se concentram mais no racismo e não na construção e manutenção da branquitude como identidade étnico-racial do grupo branco dominante e que acredita na supremacia racial. Por isso, faz-se urgente refletir os privilégios de branquitude na formação da pessoa bibliotecária e na sua inserção no mundo do trabalho, de modo que acaba por violentar e excluir pessoas não brancas que atuam como bibliotecárias, e também, os próprios usuários não brancos.

Para tanto, destacou-se o letramento racial crítico, a formação para os Estudos Críticos da Branquitude nos cursos de graduação e reavaliação de acervos, profissão e pesquisas para olhar a branquitude enquanto estratégias de transformação racial em bibliotecas e na BCI. Voltar a atenção para este fenômeno significa o estabelecimento

da construção de uma sociedade com justiça racial, informacional e social com equidade de direitos e oportunidades.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/#. Acesso em: 8 ago. 2022.

AHMED, Sara. A phenomenology of whiteness. **Feminist Theory**, *[s. l.]*, v. 8, n. 2, p. 149-168, 2007. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1464700107078139. Acesso em: 8 ago. 2022.

AHMED, Sara. Declarations of whiteness: the non-performativity of anti-racism. **Borderland**, *[s. l.]*, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2004.

ALLEN, Theodore W. **The invention of the white race**: racial oppression and social control. New York: Verso, 1994. v. 1.

ALLEN, Theodore W. **The invention of the white race**: the origin of racial oppression in anglo-america. New York: Verso, 1997. v. 2.

APPLEBAUM, Barbara. Critical whiteness studies. **Oxford Research Encyclopedias**: Education, *[s. l.]*, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.5. Acesso em: 8 ago. 2022.

BALIBAR, Etienne. **Politics and the Other Scene**. London: Verso, 2002.

BEILIN, Ian G. The academic Research library's white past and presente. *In*: SCHLESSELMAN-TARANGO, Gina (ed.). **Topographies of Whiteness**: mapping whiteness in Library and Information Science. Sacramento: Library Juice Press, 2017. p. 79-98. Disponível em: https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D82F94R2. Acesso em: 8 ago. 2022.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo**: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. 169 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/pt-br.php. Acesso em: 8 ago. 2022.

BLACKBURN, Fiona. The intersection between cultural competence and whiteness in libraries. **In the library with the lead pipe**, New York, 1 Dec. 2015. Disponível em: https://www.inthelibrarywiththeleadpipe.org/2015/culturalcompetence/. Acesso em: 8 ago. 2022.

BOLSHEVIK. *In:* BRITANNICA: the editors of encyclopaedia. *[S. l.]*: Britannica, 2020. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Bolshevik. Acesso em: 8 ago. 2020.

CARDOSO, Lourenço. O branco ante a rebeldia do desejo: a branquitude e o pensamento social brasileiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIAS(OS) NEGRAS(OS) E ANTIRRACISTAS, 2.; ENCONTRO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECÁRIAS(OS) NEGRAS(OS) E ANTIRRACISTAS, 1., 2021. **Palestras** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2021.

CHIU, Anastasia; ETTARH, Fobazi M.; FERRETTI, Jennifer A. Not the shark, but the water: how neutrality and vocational awe intertwine to uphold white supremacy. *In*: LEUNG, Sofia Y.; LOPEZ-MCKNIGHT, Jorge R. (org.). **Knowledge justice**: disrupting Library and Information Studies through Critical Race Theory. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 2021. p. 49-71.

CRITLIB: critical librarianship, in real life & on the twitters. About/join the discussion. **Critilib**, *[s. l.]*, c2019. Dsiponível em: http://critlib.org/about/. Acesso em: 8 ago. 2019.

ESPINAL, Isabel. A new vocabulary for inclusive librarianship: applying whiteness theory to our profession. *In*: CASTILLHO-SPEED, Liliam; REFORMA National Conference (ed.). **The power of language/El poder de la palabra**: selected papers from the second REFORMA National Conference. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 2001. p. 131-152.

ESPINAL, Isabel; HATHCOCK, April M.; RIOS, Maria. Dewhitening librarianship: a policy proposal for libraries. *In*: LEUNG, Sofia Y.; LOPEZ-MCKNIGHT, Jorge R. (org.). **Knowledge justice**: disrupting Library and Information Studies through Critical Race Theory. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 2021. p. 223-240.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de Identidade Racial de Professores de Línguas. **Revista da ABPN**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/site/article/view/141. Acesso em: 8 jun. 2022.

GALVAN, Angela. Soliciting performance, hiding bias: whiteness and librarianship. **In the library with the lead pipe**, New York, 3 June 2015. Disponível em: https://www.inthelibrarywiththeleadpipe.org/2015/soliciting-performance-hiding-bias-whiteness-and-librarianship/. Acesso em: 8 jun. 2022.

HENK, Mandy. Occupy libraries: guerrilla librarianship for the people. **Occupy Wall Street Library**, New York, 28 Oct. 2011. Disponível em: https://peopleslibrary.wordpress.com/2011/10/28/occupy-libraries-guerrilla-librarianship-for-the-people/. Acesso em: 8 jun. 2022.

HUDSON, David James. The whiteness of praticality. *In*: SCHLESSELMAN-TARANGO, Gina (ed.). **Topographies of Whiteness**: mapping whiteness in Library and Information Science. Sacramento: Library Juice Press, 2017. p. 203-234.

IN THE LIBRARY WITH THE LEAD PIPE. About. **In the library with the lead pipe**, New York, c2021. Disponível em: https://www.inthelibrarywiththeleadpipe.org/about/. Acesso em: 19 jan. 2021.

JENKINS, John Philip. White supremacy. *In:* BRITANNICA: the editors of encyclopaedia. *[S. l.]*: Britannica, 2021. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/white-supremacy. Acesso em: 19 maio 2021.

JORDAN, Casper LeRoy; JOSEY, E. J. A chronology of events in black librarianship. *In*: JOSEY, E. J.; SCHOCKLEY, Ann Allen (ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JOSEY, E. J.; SCHOCKLEY, Ann Allen (ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

KNOTT, Cheryl. **Not free, not for all**: public libraries in the age of Jim Crow. Amherst: University of Massachusetts Press, 2015.

KU KLUX KLAN. *In:* BRITANNICA: the editors of encyclopaedia. *[S. l.]*: Britannica, 2021. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Ku-Klux-Klan. Acesso em: 20 jun. 2021.

RACIAL EQUITY TOOLS. About. **Racial Equity Tools**, *[s. l.]*, Dec. 2020. Disponível em: https://www.racialequitytools.org/about. Acesso em: 19 jun. 2021.

RADICAL RECONSTRUCTION. *In:* BRITANNICA: the editors of encyclopaedia. *[S. l.]*: Britannica, 2020. Disponível em: https://www.britannica.com/topic/Radical-Reconstruction. Acesso em: 30 jun. 2020.

ROBINSON, Cedric J. Racial capitalism: the nonobjective character of capitalism development. *In*: ROBINSON, Cedric J. **Black Marxism**: the making of the black radical tradition. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

SAAD, Layla F. **Eu e a supremacia branca**: como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SAMEK, Toni. Internet and intention: an infrastructure for progressive librarianship. **International Journal of Information Ethics**, *[s. l.]*, v. 2, n. 11, p. 1-18, 2004. Disponível em: https://era.library.ualberta.ca/items/efa3345d-059d-42aa-aeac-dc5b3dbc2c18/view/3546e822-a73e-439c-a277-7f8788df2f1e/IJIE_2_11.pdf. Acesso em: 9 jun. 2022.

SIERPE, Eino. Confronting librarianship and its function in the structure of white supremacy and the ethno state. **Journal of Radical Librarianship**, *[s. l.]*, v. 5, p. 84-102, 2019. Disponível em: https://journal.radicallibrarianship.org/index.php/journal/article/view/39. Acesso em: 9 jun. 2022.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva. Biblioteconomia Negra Brasileira. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 1-24, 2019. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/492. Acesso em: 9 jun. 2022.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo Silva; PIZARRO, Daniella Camara. A branquitude nas práticas docentes em Biblioteconomia: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 29., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 3810-3831. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1013/1670. Acesso em: 9 jun. 2022.

WARNER, Jody Nyasha. Moving beyond whiteness in North American academic libraries. **Libri**, *[s. l.]*, v. 51, n. 3, p. 167-172, 2001.

WIEGAND, Wayne A.; WIEGAND, Shirley A. **The desegregation of public librarie in the Jim Crow South**: civil rights and local activism. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2018.

WILEY, Maya. Getting on the right road: up-front assessment is key. *In*: VILLAROSA, Lori; COHEN, Rick; POTAPCHUK, Maggie; WILLIAMS, Lynora. **Marking progress**: movement toward racial justice. Washington, DC: Philanthropic Initiative for Racial Equity, 2010. v. 3, p. 5-8. Disponível em: https://www.d5coalition.org/wp-content/uploads/2015/10/CriticalIssuesForum.pdf. Acesso em: 9 jun. 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Agência de Fomento Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.